

A LUTA PELA DEMOCRACIA
NA AMÉRICA LATINA

Conferência proferida pelo Senador FRANCO MONTORO em Straburgo - França - no Centro Europeen de la Jeunesse, no Seminário Internacional da Juventude, sobre o tema "De la Democracie que nous avons a la Democracie que nous voulons", em 7/Jul/79

A América Latina vive atualmente um período de crise de democracia. Das 23 Nações que integram o continente latino-americano, apenas 3 ou 4 vivem em regime que se poderia caracterizar como de normalidade democrática. As demais, que constituem a imensa maioria, são governadas hoje por regimes autoritários e ditaduras civis ou militares.

Centralização de funções e gigantismo burocrático são características do atual modelo político do continente.

A soma de poderes concentrados em mãos dos chefes de Governo eliminou praticamente a autonomia e a vitalidade dos demais órgãos da vida nacional. Os Estados ou Províncias, por sua dependência política e financeira, foram reduzidos à posição de simples executores. Os Municípios perderam sua capacidade financeira e a possibilidade de decisão em assuntos de seu peculiar interesse. A comunidade trabalhadora e o próprio empresariado nacional estão fora das grandes decisões em que são interessados principais. Os órgãos representativos de empregados e empregadores, na agricultura, na indústria e no comércio, não são sequer ouvidos. A autonomia universitária e a atuação da comunidade científica são cerceadas. O Poder Legislativo está suprimido ou coartado. O Poder Judiciário perdeu sua independência. O acesso dos Partidos aos meios de comunicação é proibido. A música, o teatro, a cultura e a arte são abafados pela censura. Todos os setores da vida social estão sendo atrofiados e reduzidos à posição de simples dependência. Só o Governo Central domina e manda. Os demais apenas obedecem.

Essa concentração de poderes é sempre efetuada sob o pretexto de que ela é necessária para salvar o País, solucionar problemas inadiáveis e promover o verdadeiro progresso.

AUTORITARISMO AGRAVA PROBLEMAS NACIONAIS

Nas o autoritarismo, o arbítrio e a centralização não vêm resolvendo os problemas nacionais mais graves. Pelo contrário, estes se tornam cada dia mais insuportáveis para grandes setores da população.

A dívida externa chega a limites inadmissíveis.

Em 1970, a dívida pública externa da América Latina era da ordem de 16 bilhões de dólares. Em 1976, passou para 55 bilhões, isto é, quase triplicou no período. (Dados do Banco Mundial, agosto, 1978).

Os índices da inflação e de elevação do custo de vida, são alarmantes. De 1970 a 1976, a inflação anual média apresentou os seguintes índices:

- Chile	273%
- Argentina	89%
- Uruguai	70%
- Brasil	30%
- Bolívia	30%

Esta inflação reduz terrivelmente os salários. Mas os lucros dos bancos e das empresas multinacionais são cada vez maiores.

Para encobrir essa situação e exibir uma aparência de progresso, os Governos mencionam, com alarde e requintes de publicidade, o crescimento do produto nacional, da renda per capita e a realização de grandes obras suntuárias.

Mas que significam esses dados?

Como lembra recente relatório apresentado à O.N.U pelo Banco Mundial, "o estado de desenvolvimento na maioria desses países é inadmissível e vai piorando cada vez mais; é inadmissível não pela ausência de progressos; pelo contrário, tem havido notáveis avanços; o crescimento econômico global durante a Primeira Década de Desenvolvimento (1960-1970), medido em termos do produto nacional bruto, foi impressionante; para alguns desses países foi a década de resultados mais frutíferos de sua história, em termos econômicos brutos (P N B) ou de renda 'per capita'. Mas esses parâmetros econômicos não refletem o que está ocorrendo na vida pessoal de grandes setores da população (...) Que podemos dizer de um mundo em que milhões de pessoas não são apenas pobres, falando estatisticamente, mas, além disso, defrontam-se com privações cotidianas, que degradam a dignidade humana até níveis que não há estatística capaz de descrever adequadamente?"

Em termos mais simples: o produto nacional cresceu, a riqueza aumentou. E o povo?

Eis um dado estatístico do maior país do continente: de 1960 até 1978, o produto nacional cresceu mais de 300% e o salário mínimo, em termos reais, no mesmo período, caiu cerca de 30%. ("Salário Mínimo", DIEESE, abril de 1979).

Não basta que a riqueza aumente. É importante que ela seja bem distribuída. Um dos bons indicadores dessa distribuição é o nível dos salários. Na Europa, a diferença entre os menores e os maiores salários na administração pública é, em regra, da ordem de 1 para 10. Em acordo recente, celebrado entre o Governo Federal e o Sindicato dos Funcionários Federais da Alemanha, entre outras cláusulas, estabeleceu-se que nenhuma remuneração no funcionalismo federal seria maior de que 8 vezes o menor salário, isto é, ninguém poderia ganhar mais de que 8 vezes a remuneração menor. Na América Latina, em contraste gritante, essa relação é de 1 para 100, na Administração Pública, e se aproxima de 1 para 1.000 nas grandes empresas financeiras.

A melhor contestação aos dados oficiais sobre as elevadas médias do produto nacional ou de renda "per capita" pode ser encontrada na seguinte observação popular: se eu como uma galinha e você não come nenhuma, "em média", estamos comendo meia galinha cada um...

TOMADA DE CONSCIÊNCIA E MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA DEMOCRACIA

A injusta distribuição da renda nacional, a elevação do custo de vida a níveis insuportáveis, o crescimento da corrupção, o aumento da dependência econômico e cultural e a continuidade das medidas de opressão, estão levando as populações à tomada de consciência de que os sistemas autoritários não resolverão os seus problemas.

Cresce a convicção de que somente um regime com raízes no povo será capaz de resolver os verdadeiros problemas nacionais. Hoje, só os cegos e os interessados não vêem isso. A grande aspiração dos povos da América Latina é a retomada do caminho democrático.

Os próprios Governos reconhecem esse fato e declaram que vão instaurar a democracia a prazo certo. Mas, as promessas oficiais vão sendo sempre desmentidas. Os fatos mostram que, em virtude de pressões, pretextos ou falsos princípios, a democracia não chegará como concessão espontânea dos detentores do Poder. As populações é que estão avançando no sentido da democracia, pela atuação dos diversos setores da sociedade civil, tais como lideranças locais, partidos políticos, trabalhadores, intelectuais, professores, estudantes, jornalistas, artistas, comunidade científica, comunidades religiosas, etc.

Apesar das dificuldades que enfrentam, os movimentos de oposição vêm crescendo em autoridade e força em virtude de sua fidelidade à luta pela democracia e da perseverança no combate ao arbítrio, à injusta distribuição da renda, à corrupção e à desnacionalização de nossas economias e de nossas culturas.

Crescem, assim, em todo o continente, movimentos populares, manifestações locais e frentes de luta pela democracia. Mas, parece haver uma pedra no caminho. São as diferenças doutrinárias ou ideológicas que dificultam o entendimento comum. Algumas correntes são vinculadas ao liberalismo, outras, à social democracia, à democracia cristã, ao trabalhismo ou a diferentes matizes do socialismo.

Essa divisão ideológica ameaça a unidade e a eficácia da luta pela democratização. A questão nos parece mal colocada. O problema da América Latina, hoje, não é esse. Corremos o risco de discutir o acessório e esquecer o principal. Nosso problema número um chama-se "ditadura" e sua solução, "democracia". É a substituição do autoritarismo e do arbítrio pelo regime democrático. É preciso que nos unamos na luta pela democracia, começando por defini-la em termos objetivos, concretos e atuais.

IDEOLOGIA DEMOCRÁTICA

É preciso explicitar e enriquecer esse conceito, elaborando uma verdadeira ideologia da democracia, capaz de empolgar e de unir os homens na sua luta pelos direitos humanos.

Em nome da Delegação Brasileira, tivemos a oportunidade de apresentar à recente reunião do Parlamento Latino-Americano com o Parlamento Europeu proposição fixando algumas linhas que devem caracterizar qualquer regime democrático e podem servir de programa básico para uma ação comum:

1. Eleições livres e realmente representativas, em todos os níveis. O que supõe, evidentemente, a liberdade de Partidos.
2. Existência e independência do Parlamento e do Judiciário.
3. Liberdade de imprensa e demais meios de comunicação.
4. Liberdade sindical e direitos inerentes a essa prerrogativa.
5. Distribuição equitativa dos bens sociais, incluindo os bens materiais, a educação, a saúde, a cultura, o lazer.
6. Descentralização do Poder, com reconhecimento

da autonomia e da competência específica dos diferentes organismos sociais, públicos e privados.

7. Participação de todos os setores da comunidade nas decisões de interesse comum.

Esses pontos nada têm de utópicos. Pelo contrário, são os objetivos concretos a definir para uma ação comum eficiente. Em torno deles pode e deve travar-se a luta pela instauração de um regime democrático, que não seja apenas formal e representativo, mas que alcance realmente todas as dimensões essenciais de uma democracia moderna: pluralista, participativa, aberta, e, por isso, democracia, não apenas política, mas também social, econômica e cultural.

O importante é acreditar no homem e acreditar no povo. É ele que vai escolher os seus caminhos e decidir, em cada caso, sobre as soluções adequadas. É o povo, e não os detentores de formulas ou modelos teóricos, que vai escrever a nossa historia.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

O antigo conceito de democracia representativa vai sendo rapidamente substituído ou, melhor, complementado pela participação popular. Não se trata apenas de construir uma sociedade "para o povo", mas também, "com o povo".

São do Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, as seguintes observações: "A política começa a interessar o povo. Embora os jornais reproduzam quase unicamente o que se passa nas cúpulas, o povo está decidido a desempenhar o seu papel. Cansou-se de ser vítima, objeto ou joguete do sistema político." E, fazendo referência ao Documento de Puebla, especialmente ao capítulo "Construtores da sociedade pluralista" (967 a 1014), acrescenta: "A política não esgota a gama de relações sociais. Os corpos sociais intermediários, como os sindicatos e as associações, desempenharão seu papel intransferível, autônomo e duradouro, dentro da nova realidade política."

Abrem-se, assim, novas perspectivas de atuação na luta pela conquista e construção de uma sociedade democrática.

O caminho da sublevação armada e das guerrilhas tem se revelado, em geral, ineficaz e, até mesmo, contraproducente, por que acaba servindo de pretexto para o revigoramento do autoritarismo e da violência. Mas, em casos especiais, como o da Nicaragua, uma ditadura de 40 anos, num pequeno País, levou seu bravo povo a uma luta armada de libertação, que parece bem sucedida e cuja vitória já está sendo saudada por todos os povos da terra.

Entretanto, na maioria dos Países, principalmen

te nos maiores, o caminho vem sendo outro. Os setores mais ativos da população, de forma pacífica mas firme, vêm se mobilizando e forçando o fim dos regimes autoritários. Assim, o Peru elegeu a sua Assembléia Constituinte; o Equador, o Presidente da República e a Câmara dos Deputados. Nestes dias, estão se realizando eleições na Bolívia.

No Brasil, a partir das bases da Nação, de forma inicialmente espontânea e não organizada, constituiu-se, de fato, uma frente nacional pela democratização do País.

De forma clara e cada vez mais veemente vêm se manifestando nesse sentido todos os grandes setores da comunidade nacional. Professores universitários lançaram a "Carta aos Brasileiros", reclamando o restabelecimento do Estado de Direito e do Estado de Justiça.

Na mesma linha, os Bispos de todo o País, em documento de significação histórica, apontaram à Nação as exigências cristãs de uma ordem política, lembrando que só um povo convocado a participar do processo de seu desenvolvimento aceita com dignidade os sacrifícios que lhe são exigidos.

Os trabalhadores fizeram ouvir sua voz, através de importantes documentos de protesto e movimentos de reivindicação. Tendo suportado os enormes sacrifícios que lhes foram impostos nos últimos anos, especialmente pela política de arrocho salarial, manifestaram eles, em seu movimento pacífico, o anseio irreprimível de participar das decisões que lhes dizem respeito, mediante a negociação direta com as empresas.

Os empresários nacionais de maior liderança no País também se manifestaram, através de um documento público em que a retomada do processo democrático é a primeira reivindicação.

A Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil tomaram nítida posição em defesa das liberdades públicas e dos direitos humanos.

Os estudantes vêm igualmente realizando manifestações pacíficas de protesto contra as medidas de violência que impedem sua organização e seu direito de participar no processo político nacional. Com sua determinação e amadurecimento, acabaram por revogar, de fato, os Decretos-Leis que impediam sua atuação e reafirmam perante a Nação seu propósito de não ser objeto, mas, sim, agentes de nossa história.

A comunidade científica, os artistas e os intelectuais, a agricultura e outros setores da sociedade brasileira têm manifestado iguais exigências de liberdade e de participação. Outras co -

rajosas denúncias foram formuladas contra as conseqüências do arbítrio e do autoritarismo, relativamente ao aumento do custo de vida (), à deterioração do meio ambiente () e ao enfraquecimento dos municí - pios. ().

Há catorze anos, apesar das punições arbitrã - rias e dos golpes sofridos, o partido da oposição - MDB (Movimento Democrático Brasileiro) vem mantendo acesa a chama da resistência demo - crática. Manifestações de inconformidade com o autoritarismo partiram de líderes do próprio partido do Governo (Arena), alguns dos quais pas - saram a integrar os quadros do MDB.

E até de ilustres membros das Forças Armadas têm partido manifestações em favor da urgente democratização do País.

Esse amplo movimento nacional está apressando a volta do País ao regime democrático.

Em outras Nações do continente estão em forma - ção ou em desenvolvimento movimentos semelhantes.

Esses fatos nos autorizam a afirmar que, em pou - cos momentos da História, foi tão importante, como hoje, o apoio aos corpos sociais intermediários. Eles nos abrem a perspectiva de uma ver - dadeira democracia participativa.

Dentre as principais modalidades dessa partici - pação da comunidade na condução da vida social, podem ser destacados:

1. no plano local: as associações de moradores ou vizinhos, centros comunitários, movimentos populares, como os de cus - to de vida e outros, clubes de mães, etc.

2. no plano do trabalho: a atividade sindical ou associativa de trabalhadores, empregados e profissionais liberais; sua participação na vida das empresas e no processo de desenvolvimento da comunidade.

3. no plano da juventude e da educação: os mo - vimentos de jovens, sua organização e participação em órgãos colegia - dos da escola e no debate dos problemas nacionais.

4. no plano político: a luta pela estrutura de - mocrática dos partidos e pelo direito que deve ser assegurado às bases de participar das decisões partidárias, notadamente na elaboração de programas e escolha de candidatos.

5. outras modalidades de participação, como as associações de defesa da ecologia e do meio ambiente, cooperativas, as - sociações de consumidores, instituições culturais, e outras

formas de organização da comunidade.

PARTICIPACÃO DOS MORADORES NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA COMUNIDADE

As associações de moradores, de vizinhança ou de bairro, começam a se multiplicar e constituem valioso instrumento para o exercício de uma política social eficiente, humana e democrática.

Reunindo em associações locais os moradores do mesmo bairro ou povoação, essas organizações atuam:

1. como órgãos de representação geral dessas comunidades; e, especialmente:

2. como órgãos de reivindicações de medidas ou serviços coletivos;

3. como órgãos de execução direta, coordenação ou fiscalização de alguns desses serviços;

4. como órgão de estudos dos problemas locais e formação de uma esclarecida consciência comunitária e democrática; e, conseqüentemente:

5. como órgãos de integração da população no processo do desenvolvimento.

Instituições desse tipo estão se desenvolvendo, hoje, em quase todos os países da América Latina. No Brasil, a cidade de São Paulo já possui mais de mil associações de moradores ou sociedade de bairros, além de movimentos populares de reivindicações, custo de vida, defesa da Amazônia, direitos da mulher, centros comunitários, clube de mães, etc.

Tal fato representa uma mudança profunda nos hábitos e na estrutura da vida social.

É a população que se organiza para cooperar no exercício do poder. É a substituição do "paternalismo" tecnicista ou carismático pela "participação" democrática e criadora. Ao disciplinar essa atividade, como vem ocorrendo em alguns Países, a legislação começa a reconhecer o direito que cabe aos membros de qualquer comunidade de participar, de forma ativa, nas decisões que lhe dizem respeito.

A PARTICIPACÃO DOS TRABALHADORES NA ATIVIDADE SINDICAL, NA VIDA DA EMPRESA E NAS DECISÕES SOCIAIS

No campo do trabalho, não é menor a necessidade de substituir as diversas formas de paternalismo "estatal" ou "patronal" por uma autêntica política social de "participação", que reconheça ao homem que trabalha e a seus sindicatos e associações, não o direito de receber benefícios, favores ou assistência, mas "o poder de tomar parte" nas decisões relativas a matérias de seu interesse.

Esse direito se desdobra em planos diversos, especialmente em relação ao sindicato, à empresa e aos órgãos de planificação e desenvolvimento.

Em primeiro lugar, é preciso assegurar aos homens que trabalham inteira liberdade de se associar e organizar sindicatos que lhes permitam lutar por seus direitos. Entretanto, apesar de afirmado solenemente no art. 23, nº 4, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e em diversas resoluções da OIT, esse direito vem sendo desrespeitado e violado em muitas partes do continente latino-americano. Em alguns países, os sindicatos são proibidos. Em outros, sua existência é permitida, mas sua atividade é tolhida de tal forma que eles ficam impossibilitados de atuar com eficiência real na defesa da família trabalhadora. As restrições e violações de liberdade dos sindicatos que, infelizmente, se multiplicam e impedem sua atuação normal, representam grave violação de direitos humanos fundamentais. Em nome da justiça, do desenvolvimento e da paz social, é preciso denunciar a gravidade dessas violações e empregar todos os meios para que esse direito fundamental seja assegurado.

De outra parte, o direito de participar, como pessoa consciente e responsável, da vida da empresa em que trabalha é outro direito que precisa ser progressivamente reconhecido aos empregados. O trabalhador não é somente um fator de produção. É, em primeiro lugar, uma pessoa humana, que se realiza como tal no trabalho e pelo trabalho. Não pode, por isso, ter reduzida sua atividade à realização mecânica de simples tarefas de execução. Como homem, diz um manifesto de movimento sindical sobre "A reforma da empresa": "O trabalhador tem uma necessidade fundamental de compreender o sentido de suas ações e de seu trabalho, assim como de contribuir para sua determinação, a fim de não ser tratado como objeto e, sim, "como sujeito". E, referindo-se, especialmente, à grande e média empresas, acrescenta: "Os trabalhadores, como associados, e da mesma forma que os fornecedores de capital, devem participar, ativamente, da vida e do desenvolvimento de sua empresa."

A multiplicação das experiências, dos estudos e das reivindicações sobre essa matéria, por toda a parte, nos impõe a conclusão de que um novo direito social, profundamente humano e de importância fundamental, deve ser reconhecido e assegurado aos trabalhadores: o de participar ativamente na vida e no desenvolvimento da empresa em que trabalham.

Há, finalmente, um terceiro direito de participação do mundo do trabalho nas decisões de interesse nacional e nos órgãos incumbidos de promover o desenvolvimento.

A importância do papel dos sindicatos na planificação do desenvolvimento social e econômico precisa ser reconhecida. Essa participação se estende aos órgãos locais, nacionais e internacionais. E se justifica pelo interesse fundamental que tem a comunidade trabalhadora nos resultados do crescimento econômico e do progresso social.

De outro lado, a atuação das associações de classe, de profissionais, de empregados e funcionários constitui valioso instrumento de participação do mundo do trabalho no desenvolvimento econômico, social e político de cada país.

A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NAS TRANSFORMAÇÕES DA ESCOLA E DA SOCIEDADE

A rebelião da juventude, especialmente universitária, é, talvez, o movimento mais significativo dos dias atuais. A universalidade e a intensidade das manifestações revelam a existência de uma crise profunda.

Ocupação de universidades. Passeatas e manifestações de rua. Slogans de protestos. Planos de transformação e mudança. Quebra de estruturas. Poder jovem.

Contra o que protestam os jovens? Qual a sua reivindicação fundamental?

O problema apresenta múltiplos aspectos que ainda estão longe de ser determinados. É evidente, entretanto, que uma das significações centrais do movimento é o duplo protesto.

1º - contra a inadequação das atuais estruturas do ensino e da sociedade;

2º - contra a marginalização da juventude, que quer participar dos processos de decisão.

A rápida transformação que vem se operando em todos os setores da vida econômica, cultural, técnica e social, nos últimos anos, exige mudanças correspondentes nos processos de ensino e de direção da vida social. Mas essa adequação não tem sido feita em ritmo razoável. Insensíveis às exigências de adaptação e transformações dinâmicas, as estruturas educacionais e sociais permaneceram praticamente estáticas.

Os jovens, que ainda não foram "formados" pelas antigas estruturas, são os que mais sofrem as consequências desse desajuste. É natural, por isso, que da juventude parta o grito de protesto e a exigência de que se adotem novos caminhos.

É razoável excluir a juventude universitária desse processo?

Em primeiro lugar, no seio da universidade, a participação ativa dos estudantes nos órgãos de decisão coletiva é uma decorrência na natureza "comunitária" da escola. A universidade é, fundamentalmente, uma comunidade, em que o corpo docente, o discente e o administrativo participam de uma obra comum. E, como nas demais comunidades, não se pode esquecer a qualidade de pessoa humana de qualquer um de seus integrantes. Esse reconhecimento, em relação aos alunos, que são os principais interessados na boa qualidade do ensino, está na linha da melhor tradição universitária. Na Idade Média, a universidade era de propriedade dos estudantes, que recrutavam e pagavam os professores. Com frequência, o Reitor era um estudante. (La nuova università darà potere ai giovani? estudo de G. RINALDI, in "La discussione", Roma, n 9/68)

De outra parte, a universidade não é um corpo isolado. Ela integra-se numa comunidade maior, que é a sociedade civil. Influi e é influenciada por esta. E hoje, especialmente, com os contínuos e vertiginosos progressos da ciência e da técnica, a abertura e a comunicação entre ambos são cada vez mais importantes. Pedir ao estudante que se limite ao estudo das disciplinas curriculares e se afaste dos problemas maiores da sociedade significa condenar à marginalização os futuros dirigentes da nação e, ao mesmo tempo, privar a coletividade da contribuição inestimável das críticas e sugestões de um setor particularmente capaz de acelerar as transformações necessárias a uma sociedade em mudança.

A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NO PROCESSO POLÍTICO

"Todo homem tem direito de tomar parte no Governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. A vontade do povo será a base da autoridade do governo", afirma o art. 21 da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Essa é a participação fundamental, que não pode ser substituída ou sonogada por quaisquer outras espécies de participação social ou econômica. Seu instrumento normal é o voto. Sem eleições livres não há democracia.

Ao terminar o último conflito mundial, a humanidade ouviu as seguintes palavras de um de seus líderes:

"Os povos como que despertaram de um longo torpor. Convencidos de que não teriam sido arrastados na voragem devastadora da guerra se tivessem tido a oportunidade de fiscalizar, sugerir, corrigir a ação dos governantes, exigem hoje um sistema de governo mais compatível com a dignidade e a liberdade dos cidadãos." Exigem democra-

cia.

É necessário que se assegurem, a todos os cidadãos, os meios de manifestar sua opinião e influir na direção da vida pública. O que exige eleições livres e estrutura democrática dos partidos políticos, de forma a assegurar aos órgãos de base o direito de opinar sobre programas, candidatos e demais decisões partidárias.

É preciso que os partidos políticos, que são o instrumento normal da vida democrática, tenham estrutura e dinamismo que os façam conduzir, das bases para os órgãos de direção da sociedade, o pensamento e as aspirações de todo o povo.

OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Grupos e movimentos de base local, associações de trabalhadores, movimentos de juventude, partidos políticos são, hoje, talvez, as manifestações mais importantes da atuação social organizada de setores da população.

Na mesma linha situam-se, entretanto, outras iniciativas de atuação comunitária, como as associações de defesa da natureza e do meio ambiente, as associações culturais, e de ação social ou econômico-social, dentre as quais é de justiça destacar o movimento cooperativista e as organizações de defesa do consumidor.

Todas essas iniciativas ligam-se a uma tendência humanizadora, ao mesmo tempo personalista e comunitária, que se opõe, de um lado, ao individualismo dispersivo e anárquico, e, de outro, ao estatismo centralizador e totalitário. O primeiro, a pretexto de defender um "indivíduo" abstrato e sua liberdade, também abstrata, se opõe à instituição e ao fortalecimento de associações intermediárias. De outra parte, o estatismo, concentrando os poderes sociais em mãos dos órgãos governamentais, desconhece ou absorve a autonomia desses organismos menores.

Ambos dificultam o natural desenvolvimento da pessoa humana; que se realiza, normalmente, através de comunidades como a família, a escola, o bairro, a empresa, a profissão, a classe, o partido, a comunidade religiosa.

Pode-se, por isso, afirmar que, para defender os direitos fundamentais do homem - do homem real e concreto, em todas as suas dimensões materiais e espirituais - é necessário defender o direito à existência e ao desenvolvimento normal dessas comunidades. É através delas que os homens se integram e participam na vida de toda a sociedade. "Grupos sociais: forças vivas", é o título significativo de li

vro de HENRY THIERY, considerado uma das melhores contribuições ao pensamento democrático.

Em todos os setores da vida social podemos adotar processos paternalistas ou processos comunitários. Métodos de imposição ou de participação. Adotar processos comunitários significa empregar métodos de ação política, econômica ou social com a participação ativa dos membros do grupo ou da comunidade. Significa ver em cada homem um ser consciente, capaz de agir de forma racional, e não um simples objeto a receber passivamente benefícios e atenções concedidos pelo Estado, por empresas ou outras entidades.

Paternalista é o método de ação das ditaduras : "Não penses, porque o chefe pensará por ti". Paternalistas são os planos de assistência realizados sem a cooperação de seus membros. E, inversamente, de sentido comunitário são todos os processos que estimulam a participação da população através das organizações da comunidade.

CONCLUSÃO

Uma democracia participativa surge, assim, como modelo político e social capaz de responder às exigências contemporâneas de novas formas de convivência social, que favoreçam o processo de um adequado desenvolvimento e respeitem os valores humanos fundamentais de justiça e de liberdade.

Essa é a vocação humanista da América Latina, vinculada às raízes cristãs de sua História e, por isso, incompatível com a exploração de massas humanas por grupos capitalistas ou sua opressão por ditaduras de qualquer tipo.

Continente jovem, com população predominantemente jovem, o Novo Mundo latino-americano inicia, em seus maiores centros populacionais, uma experiência de intensa participação de quase todos os setores da sociedade no processo político e na luta pela democracia, como instrumento de libertação e garantia de seu verdadeiro desenvolvimento.

Esse processo exige lideranças, que estão sendo despertadas, com espírito de solidariedade, dedicação e desprendimento.

Que este Congresso de Jovens contribua para que novos colaboradores e lideranças despertem, a fim de acelerar o processo de libertação de um continente que quer ser senhor de seu destino.

Vocês me pediram, também, alguns conselhos.

Aos Jovens, transmito as três melhores lições de minha experiência política.

Primeiro, na vida pública, como na ciência, os erros devem ser investigados e não escondidos. Só o debate e a crítica podem corrigir as falhas e promover o progresso.

Segundo, na vida pública como na ordem natural, os verdadeiros progressos vêm das bases. É preciso crescer como as árvores, que das raízes recebem toda a sua seiva.

Finalmente, se quizeres saber se estás no caminho certo da luta pela justiça e pela liberdade, perguntes a ti mesmo : que pensam de mim os pobres?

Centenas de milhões de homens, de todos os continentes, colocados ainda hoje, à margem dos benefícios da civilização e da cultura, têm o direito de esperar que aqueles que conhecem seus problemas assumam o papel histórico de falar pelos que não têm voz e, assim, abrir os caminhos da justiça para que todos os homens possam caminhar.

.x.x.x.x.x.x.